



Associação Beneficente Guaiunumbi

CNPJ: 04.492.408/0001-89

Entidade Filantrópica Assistencial

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016
(Valores expressos em reais)

ATIVO CIRCULANTE	Notas Explicativas		PASSIVO CIRCULANTE		Notas Explicativas	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Caixa	6.222,56	5.355,06	Obrigações Fiscais		1.853,04	1.287,76
Bancos - Recursos c/ Restrições	7,60	11.356,65	Obrigações Sociais		9.044,03	11.526,90
Bancos - Recursos Sem Restrições	12.516,32	10.721,45	Obrigações Trabalhistas		115.521,30	79.424,26
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	18.746,48	27.433,16	Outras Obrigações		42.476,65	40.072,96
Direitos Realizáveis a Curto Prazo	26.275,87	57.569,31	Subvenções a Realizar		168.895,02	132.311,88
Créditos	1.181,59	4.956,15	Recursos c/ Restrições		222.917,80	208.720,58
Despesas Antecipadas			TOTAL		222.917,80	208.720,58
Parcerias com Entidade Governamentais	5.b	224.015,40	TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		391.812,82	341.032,46
Total do Realizável		251.472,86				
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	5.c	270.219,34	PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
ATIVO NÃO CIRCULANTE			RECEITAS DIFERIDAS			
Imobilizado			Emenda Parlamentar - DRADS			
Bens Tangíveis	6.a	693.988,24	(-) Devoluções	6.d	80.000,00	80.000,00
(-) Depreciações e Amortizações	6.b	(215.180,02)	(-) Realizações		(1.425,71)	(1.425,71)
EMENDA PARLAMENTAR - 1468/2012-DRADS	6.d	478.808,22	TOTAL		(53.222,66)	(41.813,18)
Aplicação de Recursos - Imobilizado		147.151,36	TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		25.351,63	36.761,11
(-) Depreciações e Amortizações		(123.588,76)			25.351,63	36.761,11
TOTAL DO IMOBILIZADO		23.562,60	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		502.370,82	PATRIMÔNIO SOCIAL	8	413.053,39	401.630,63
			Superávit/Déficit Acumulado	9	(47.587,68)	3.617,76
			Superávit/Déficit do Período			
TOTAL DO ATIVO		772.590,16	Ajuste Exercício Anterior	9	(10.040,00)	7.805,00
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		355.425,71	413.053,39
			TOTAL DO PASSIVO		772.590,16	790.846,96

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Jérgé Celso da Silva

Sidley Ynna

CT.CRCISP196805

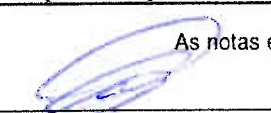
PRESIDENTE

Demonstração do Resultado do Período
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

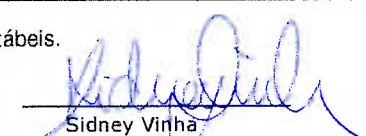
Valores expressos em R\$

	Notas Explic.	2017	2016
ATIVIDADES ORDINÁRIAS VINCULADAS			
ASSISTÊNCIA SOCIAL - RECURSOS COM RESTRIÇÃO			
Parcerias Com Entidades Governamentais - SMADS	10.	446.515,66	422.444,02
Recursos Aplicados na Atividades de Assist.Social	11	(446.515,66)	(417.149,68)
Superávit/Déficit da Atividade Social		-	5.294,34
ASSISTÊNCIA EDUCACIONAL - RECURSOS COM RESTRIÇÃO			
Parcerias Com Entidades Governamentais - SME	10.	142.825,51	138.684,71
Despesas de Atividades Educacionais	11.	(142.825,51)	(138.684,71)
Superávit/Déficit da Atividade Educacional		-	-
SUPERÁVIT/DÉFICIT DAS ATIVIDADES ORDINÁRIAS		-	5.294,34
OUTRAS RECEITAS ASSISTENCIAIS ORDINÁRIAS		177.261,42	155.231,34
Contribuições de Particulares		96.799,75	14.710,57
Doações - Assoc. Rudolf Steiner		45.000,00	45.000,00
Bazar Beneficente		1.503,85	-
Doações Pessoa Jurídica		5,11	22.446,00
Doações - Exterior		-	73.074,77
Projeto Captação - Exterior		33.952,71	-
OUTRAS DESPESAS ASSISTENCIAIS ORDINÁRIAS	10	(238.210,73)	(192.368,85)
DESPESAS GERAIS - GUAINUMBI		(197.636,93)	(150.391,68)
DESPESAS ASSOC. RUDOLF STEINER		-	(7.564,92)
DEPRECIACOES		(39.014,00)	(34.191,97)
IMPOSTOS TAXAS E CONTRIBUICOES		(1.559,80)	(220,28)
SUPERÁVIT/DÉFICIT OUTRAS REC. E DESP.ORDINÁRIAS	10.	(60.949,31)	(37.137,51)
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS			
Rendimento Aplic. Financeira		70,14	1.854,47
Descontos Obtidos		342,02	1.558,27
Juros Passivos		(522,27)	(579,23)
Tarifas Bancarias		(3.472,74)	(2.550,62)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO		(3.582,85)	282,89
OUTRAS RECEITAS			
Receitas Vinc. Doações Patrimoniais	6d	11.409,48	11.409,48
Creditos Nota Fiscal Paulista		3.903,59	-
Reversão de Provisão		1.631,41	23.768,56
OUTRAS RECEITAS		16.944,48	35.178,04
RESULTADO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS		(47.587,68)	3.617,76
SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO PERÍODO	9.	(47.587,68)	3.617,76

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Jorge Celso da Silva
CT.CRC1SP196805



Sidney Vinha
PRESIDENTE

Associação Filantrópica Assistencial

**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016
(Valores expressos em reais)**

	2017	2016
Superávit/Déficit do Exercício	<u>(47.587,68)</u>	<u>3.617,76</u>
Ajustes do resultado às disponibilidades geradas		
Atividades Operacionais		
Depreciações e amortizações	39.014,00	34.191,97
Ajuste de Exercícios Anteriores	(10.040,00)	7.805,00
Variações nos ativos e passivos		
Subvenções a receber	(12.682,08)	(211.333,32)
Outros Créditos	31.293,44	(47.436,45)
Despesas antecipadas	3.774,56	(85,07)
Fornecedores	-	(3.364,00)
Obrigações fiscais	565,28	1.280,76
Obrigações sociais	(2.482,87)	11.526,90
Obrigações trabalhistas	36.097,04	15.001,75
Outras Obrigações	2.403,69	10.585,65
Subvenções/Doações a Realizar	14.197,22	179.657,68
Receitas diferidas	(11.409,48)	(11.409,48)
(1) Caixa líquido das atividades operacionais	<u>43.143,12</u>	<u>(9.960,85)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição Ativo Imobilizado	(51.829,80)	(146.203,20)
(2) Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(51.829,80)</u>	<u>(146.203,20)</u>
Resgate Título Capitalização	-	20.000,00
(3) Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	<u>-</u>	<u>20.000,00</u>
(1+2+3) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>(8.686,68)</u>	<u>(136.164,05)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	27.433,16	163.597,21
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>18.746,48</u>	<u>27.433,16</u>
	<u>(8.686,68)</u>	<u>(136.164,05)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Jorge Celso da Silva
CT.CRC1SP196805

Sidney M. Silva
PRESIDENTE



Associação Beneficente Guainumbi

CNPJ: 04.492.408/0001-89

Associação Filantrópica Assistencial

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016**
(Valores expressos em reais)

	Patrimônio Social Superávit/Déficit Acum.	Ajuste Exerc. Anterior	Superávit/ Déficit do Exercício	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	561.439,20	-	(159.808,57)	401.630,63
Déficit do Período Anterior Incorporado ao P.S	(159.808,57)	-	159.808,57	-
Ajuste Exercício Anterior	-	7.805,00	-	7.805,00
Superávit do Período	-	-	3.617,76	3.617,76
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	401.630,63	7.805,00	3.617,76	413.053,39
Superávit do Período Anterior Incorporado ao P.S	3.617,76	-	(3.617,76)	-
Ajuste Exercício Anterior	7.805,00	(10.040,00)	(7.805,00)	(10.040,00)
Déficit do Período	-	-	(47.587,68)	(47.587,68)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	413.053,39	(2.235,00)	(47.587,68)	355.425,71

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Jorge Celso da Silva
CT.CRC1SP196805

Sidney Mirna
PRESIDENTE

1. CONTEXTO OPERACIONAL:

"Associação Beneficente Guainumbi" constituída em 05 de fevereiro de 2001, é uma entidade civil, sem fins lucrativos, que atua na área da assistência social, educação, esporte e cultura, de acordo com o Artigo 2º da Lei 12.101/2009, regulamentada pelo Decreto 7.237/2010 e Decreto 8.242 de 23 de maio de 2014, a Entidade obedece ao Princípio da Universalidade do Atendimento, e **tem como objetivo** atender diretamente pessoas com deficiência intelectual e múltipla nas áreas da educação e assistência social com atividades escolares, artesanais, de recreação, oficinas de tecelagem, culinária e horta/jardinagem, marcenaria, atividades de vida diária e vida prática, atividades físicas, passeios de reconhecimento dos ativos do bairro, passeios culturais, encontros e atividades de inclusão, sem qualquer discriminação quanto à raça, religião, nacionalidade e capacidade financeira, a metodologia se baseia nos princípios da Antroposofia, terapia Social e pedagogia Waldorf, que é uma pedagogia holística que vê o ser humano como um ser físico-psíquico e espiritual.

1.1. De acordo com o Art. 14 do Código Tributário Nacional a Associação:

I - Não remunera a Diretoria e nem distribui qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título;

II - Aplica integralmente, no País, os seus recursos na manutenção de seus objetivos institucionais;

III - Mantém a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades exigidas pela lei, capazes de assegurar sua exatidão.

2. Assistência Social.

A Instituição no atendimento aos seus objetivos estatutários tem como atividade preponderante a Assistência Social e presta estes serviços de forma gratuita, continuada e planejada para os usuários que dela necessitar, sem qualquer discriminação de acordo com a Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009.

Os valores e as aplicações em assistência social estão registrados por seu valor original e de acordo com a sua competência.

3. Apresentação das demonstrações contábeis.

- a) **Declaração de Conformidade:** as demonstrações financeiras da organização para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros, considerando a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Geral, (NBC) TG 1000 - CTG 1000 - adoção plena, suas interpretações Técnicas e Comunicados Técnicos, em especial à **ITG-2002 (R1) (Resolução CFC 1409/2012)** que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registro das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas das entidades sem finalidade de lucros seguindo as práticas contábeis descritas na **Nota 5**.
- b) As demonstrações financeiras inerentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 estão sendo apresentadas em Reais (R\$).

4. Formalidade da Escrituração Contábil – Resolução CFC nº 1.330/11 (NBC ITG 2000)

A entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico.



Notas explicativas às demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2017.2016

O registro contábil contém o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos.

As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão transcritas no "Diário" da Entidade, e posteriormente registrado no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas.

A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apóiam ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes".

A entidade manter em boa ordem a documentação contábil.

Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da entidade incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

Moeda Funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em reais que é a moeda funcional da entidade em 31.12.2017.

Em dezembro de 2011 foi publicada a Portaria 353 do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome que estabelece em seu Artigo 12 que as entidades com atuação preponderante em Assistência Social devem incluir em suas demonstrações a Demonstração das Origens e Aplicações dos Recursos – **DOAR**.

5. Descrição das principais práticas contábeis adotadas

Em consonância com a **NBC ITG 2002**, os registros contábeis segregam as receitas por área de atuação, programas e projetos. As receitas e despesas são reconhecidas mensalmente respeitando o regime de competência, ou seja, as receitas e despesas são reconhecidas no resultado no período em que elas ocorrem, simultaneamente quando se relacionarem, independente do efetivo recebimento ou pagamento.

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Conforme determina a Resolução do CFC No. 1.296/10 (NBC –TG 03) – Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC No. 1.376/11 (NBC TG 26) – Apresentação Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste sub-grupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor;

(b) Subvenções

São provenientes de convênios firmados com a Secretaria Municipal de Assistência Social – SMADS e Secretaria Municipal da Educação - SME, e tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização.

A Entidade para a contabilização de suas subvenções governamentais, atendeu o que estabelece a Resolução nº 1.305 do Conselho Federal de Contabilidade – CFC que aprovou a NBCT TG 07, Subvenções e Assistência Governamentais e a Resolução CFC 1409/2012 que aprovou a ITG 2002.

(c) Prazos:

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis até o encerramento do exercício seguinte são classificados como circulante

6. Ativo Não Circulante

(a) O imobilizado está registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

(b) A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear.



Notas explicativas às demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2017.2016

				2017	2016
	Taxa %	Custo	Depreciação Acumulada	Imobilizado Líquido	Imobilizado Líquido
Terrenos	-	41.942,94		41.942,94	41.942,94
Prédios	4%	490.173,17	105.986,21	384.186,96	350.712,32
Instalações	10%	8.000,00	7.958,14	41,86	354,94
Máquinas e Equipos	10%	5.789,38	5.296,52	492,86	687,38
Moveis	10%	42.059,73	37.091,42	4.968,31	5.992,49
Veículos	20%	83.065,00	38.065,53	44.999,47	44.999,47
Computadores	20%	22.958,02	20.782,20	2.175,82	3.009,46
Emenda Parlamentar	10%	68.188,50	66.132,11	2.056,39	8.904,79
E. Parlamentar.2012	10%	43.830,36	24.665,85	19.164,51	23.547,39
E. Parlamentar.2012	20%	35.132,50	32.790,80	2.341,70	9.403,84
Total		841.139,60	338.768,78	502.370,82	489.555,02

(d) Emenda Parlamentar 2012.

Recursos recebidos da Secretaria de Desenvolvimento Social – Diretoria Regional de Assistência Social da Capital para atendimento a celebração de convênio no objetivo de aquisição de material de natureza permanente.

07 – PASSIVO CIRCULANTE

As obrigações são reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

	2017	2016
Fornecedores	-	-
Obrigações Fiscais	1.853,04	1.287,76
Obrigações Sociais	9.044,03	11.526,90
Obrigações Trabalhistas	115.521,30	79.424,26
Outras Obrigações	29.692,46	40.072,96
Recursos c/ Restrições	222.723,66	208.720,58
Total	378.834,49	341.032,46

08 – PATRIMÔNIO SOCIAL

Conforme estabelecido no Estatuto Social da Entidade, o patrimônio social, receitas, recursos e eventual superávit operacional da associação serão aplicados integralmente no país, na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais.

09 Do Resultado do Período -Item 15 ITG-2002 -R1

O valor do superávit ou déficit deve ser incorporado ao Patrimônio Social. O superávit, ou parte de que tenha restrição para aplicação, deve ser reconhecido em conta específica do Patrimônio Líquido.

10. Assistência Social - Aplicação dos Recursos

10.1 Nos exercícios de 2017 e 2016 foram recebidos e aplicados os seguintes montantes:

	2017	2016
(+) Parcerias Com Entidades Governamentais -SMADS	446.515,66	422.444,02
(+) Parcerias Com Entidades Governamentais -SME	142.825,51	138.684,71
(-) Recursos Aplicados	589.341,17	561.128,73

Em atendimento art. 29 da Lei 12.101/2009, ao Decreto n.ºs 8.242/2014 e a norma contábil, **ITG 2002 (R1)**, **item 27, letra "c"** são demonstrados a seguir, os valores relativos às isenções previdenciárias, gozadas durante o exercício de 2017 e 2016.

Contribuições Sociais – Isenção	2017	2016
Cota Patronal	103.660,17	86.193,52
RAT	10.366,01	8.619,35
Terceiros	23.323,54	19.393,54
Total das Contribuições Sociais	137.349,72	114.206,41

11. Demonstração do cumprimento da aplicação e atendimentos sociais

As aplicações em gratuidades por meio dos Programas de Assistência Social foram observados os preceitos da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 em consonância Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009 que aprovou a Tipificação Nacional de Serviços Sócio assistenciais, dentro desses parâmetros os programas instituídos estão caracterizados como de Proteção Social *Básica* – demonstrado a seguir:

Descrições dos Programas de Assistência Social:

Rede de Proteção Especial – Média Complexidade

Núcleo de Apoio à Inclusão Social Para Pessoas com Deficiência III - Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitem, alcançando grupos cuja situação de vulnerabilidade e risco ocorra por desvantagem pessoal resultante de deficiências. Na efetivação de ações que contribuam para corrigir as desvantagens às quais estão expostas as pessoas com deficiência, o Núcleo de Apoio ao Processo de Inclusão tem por finalidade a garantia de direitos, o desenvolvimento de mecanismos para a inclusão social, a equiparação de oportunidades e a participação efetiva das pessoas com deficiência, considerando suas necessidades individuais e sociais.

Tem como público, 60 jovens e adultos com deficiência que vivenciam situações de vulnerabilidade, risco e violações de direitos ou ausência de acesso a possibilidades de inserção social. Visando:

- Assegurar espaços de referência para desenvolvimento de sociabilidade, independência e autonomia;
- Sensibilizar grupos comunitários sobre direitos e necessidades de inclusão das pessoas com deficiência, buscando

Notas explicativas às demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2017.2016

a desconstrução de mitos e preconceitos;

- Oferecer possibilidades de desenvolvimento de competências, habilidades e potencialidades, a defesa de direitos e o estímulo à participação cidadã;
- Incluir usuários (as) e familiares no sistema de proteção social e serviços públicos, conforme necessidades, inclusive pela indicação de acesso a benefícios e programas de transferência de renda;
- Contribuir para a reparação de danos e de direitos violados;
- Contribuir para inserção da pessoa com deficiência no mundo do trabalho, considerando potencialidades e interesses;
- Estabelecer interface com a Proteção Social Básica.

Secretaria Municipal de Educação

Programa de Iniciação ao Mundo do Trabalho IMT – Tem como objetivo atender jovens e adultos com deficiência intelectual e múltiplas com idade entre 15 à 30 anos com comprometimento na autonomia e na independência, vindos de família de baixa renda, que necessitem de apoio intensivo nas áreas do conhecimento, nas habilidades e competências adaptativas, e nos casos em que se demonstre que a educação nas classes comuns das unidades educacionais não pode satisfazer às necessidades educacionais e sociais desses educandos.

Tem como público Alvo 40 pessoas com deficiência intelectual e/ou múltiplas, de ambos os sexos, na faixa etária de 15 a 30 anos.

Viando:

- Desenvolver a autonomia e a independência dos educandos para as atividades da vida diária e vida prática, por meio do exercício adequado de atividades cotidianas;
- Oferecer oportunidades de crescimento e geração de renda, através da confecção de produtos artesanais, visando estimular a criatividade, a arte, o afazer;
- Inserção dos atendidos ao mercado de trabalho;
- Reforçar a auto-estima e acompanhar a aprendizagem nos diversos espaços sociais, visando a inclusão social;
- Proporcionar oportunidades de desenvolvimento a partir de trabalho articulado com a família e comunidade na qual esta demanda está inserida;
- Construir regras, normas e atitudes positivas;

12. Instrumentos financeiros**(a) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros**

A Entidade avaliou seus ativos e passivos em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação estabelecidas pela administração. Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Entidade em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua avaliação:

(b) Caixa e equivalentes de caixa, subvenções a receber, outros ativos circulantes e contas a pagar

Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização, as aplicações financeiras que apresentam liquidez imediata e que possuem resgates rotineiros em conformidade com as necessidades de caixa são classificadas como caixa e equivalentes de caixa.

	2017	2016
Caixa	6.222,56	5.355,06
Bancos - Recursos c/ Restrições	7,60	11.356,65
Bancos - Recursos Sem Restrições	12.516,32	10.721,45
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	18.746,48	27.433,16

5.a

c) Derivativos

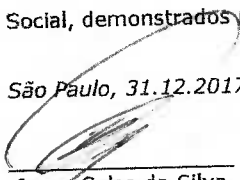
Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a Entidade não possuía operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

13. Cobertura de seguros

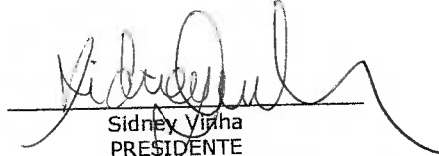
Em 31 de dezembro de 2017, a cobertura de seguros é considerada suficiente pela administração para cobrir eventuais sinistros.

14. Os recursos da entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, em conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas Despesas e Investimentos Patrimoniais.

São Paulo, 31.12.2017



Jorge Celso da Silva
CT.CRCSP 1SP196805



Sidney Vianna
PRESIDENTE

